

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 059/2022 PREGÃO PRESENCIAL nº 013/2022

I. REGÊNCIA LEGAL: Regulamento de Licitações e Contratos.

II. MODALIDADE: Pregão Presencial

III. PROCESSO Nº 059/2022 IV. TIPO: Menor Preço por lote

V. FORMA DE FORNECIMENTO: Imediato

VI. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/12/2022

VII.ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 06/12/2022, às 10:00 horas (horário de Brasília)

COMPROVANTE DE ENTREGA DO EDITAL

Recebi da Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto – BA – Comissão Permanente de Licitação, o Edital Nº 013/2022 – PREGÃO PRESENCIAL, tipo - MENOR PREÇO POR LOTE, cuja realização (abertura da sessão de lances), dar-se-á às 10h00mim, do dia 06/12/2022, no Prédio Sede da Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto – BA, situada a Pça. Dr. Altino Lemos Santiago, 121 – Centro - Formosa do Rio Preto – BA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE FOTOGRAFIA, PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E DE HOMENAGEM, BRASÃO E LETRAS para atender as necessidades deste Poder Legislativo de Formosa do Rio Preto – BA, conforme descritas no Termo de Referência anexo I do presente edital

zão Social:	
lereço:	
PJ:	
nail:	
me Pessoa Para Contato responsável:	
F:	
Local e data	
Assinatura, e Carimbo do CNPJ.	



RETIRADA DO EDITAL VIA EMAIL

Para formalização do interesse de participar nesta licitação, a empresa deverá repassar este FORMULÁRIO/RECIBO, devidamente preenchido, para a COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, através do E-mail. licitacaocmfrp@gmail.com, com 24 horas antes da abertura dos envelopes, para que a Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto – BA – Setor de Licitação, possa comunicar eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, aos licitantes cadastrados para esta LICITAÇÃO, via e-mail. Não sendo este, requisito para participação.

A não remessa do recibo exime a Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto – BA, situada a Pça. Dr. Altino Lemos Santiago, 121 – Centro - Formosa do Rio Preto – BA, da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/2022

1.0 – PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, ESTADO DA BAHIA, por intermédio da sua PREGOEIRA OFICIAL e Equipe de Apoio, designado pela Portaria nº 02/2022, de 03/01/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar procedimento licitatório, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL", Tipo MENOR PREÇO POR LOTE, no dia 06/12/2022, as 10:00 horas, conforme descrito neste Edital e seus anexos, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.

- **1.1** Os envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação deverão ser entregues a pregoeira as 10:00 horas do dia 06/12/2022, na Sede do Poder Legislativo de Formosa do Rio Preto.
- **1.2** Os interessados em conhecer a íntegra do edital impresso, devem se dirigir à sede da CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, situada à Praça Dr. Altino Lemos Santiago, nº 121 Centro, nesta cidade.

2.0- OBJETOS DA LICITAÇÃO

- 2.1 A Presente Licitação tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE FOTOGRAFIA, PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E DE HOMENAGEM, BRASÃO E LETRAS, para atender as necessidades deste Poder Legislativo de Formosa do Rio Preto BA
- 2.1 as especificações e condições do objeto encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência Anexo I deste instrumento.

3.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **3.1** Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento observadas a necessária qualificação.
- **3.2** Não poderão participar da presente licitação os interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses, a seguir elencadas:
- **3.2.1** Tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior (inciso IV do art. 87 da lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993);
- 3.2.2 Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;



- **3.2.3** Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 3.2.4 Estrangeiras que não funcionem no País.
- 3.2.5 Que não detenham a atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- **3.3** A participação na presente licitação fica condicionada ao atendimento a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

4.0 – DO CREDENCIAMENTO

- **4.1** Para fins de credenciamento junto a Pregoeira, a Licitante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, bem como de documento que o indica a participar deste procedimento licitatório e que contenha autorização para responder por sua representada (Licitante); no Anexo III encontra-se modelo de Credenciamento.
- **4.1.1** Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da Licitante, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, conjuntamente com o documento de identidade.
- **4.1.2** O credenciamento é condição obrigatória para que o representante possa atuar na etapa de oferecimento de lances verbais neste Pregão (Art.11, inc.IV do Decreto nº 3.555 de 08/08/2000);
- **4.1.3** Se, após o credenciamento, o representante da Licitante se ausentar da sala em que se realiza a sessão, o processo não será suspenso e caso se faça necessária à participação do mesmo e este estiver ausente, será reputada sua desistência. O retorno posterior do representante ausente não implicará na repetição dos atos praticados em sua ausência, sendo considerados convalidados.
- **4.1.4** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

5.0 - FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "1" e "2"

- **5.1** Declarada aberta à sessão pela Pregoeira, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) apresentará (ao) declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação (Anexo V) e entregará (ao) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.
- **5.1.1** O CREDENCIAMENTO E A DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues na abertura da sessão quando solicitado pela Pregoeira, DEVENDO FICAR FORA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO.
- **5.2** Os envelopes "1" e "2" contendo respectivamente a PROPOSTA DE PREÇO e documentação referente à HABILITAÇÃO deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente lacrados, constando da face de todos os quais os seguintes dizeres:
 - a) **ENVELOPE 1**: Proposta de preços Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto-BA Pregão Presencial n° 013/2022



Razão social do licitante

b) ENVELOPE 2: Documentos de habilitação Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto-BA Pregão Presencial nº 013/2022 Razão social do licitante

6.0 – DA PROPOSTA DE PREÇO

- **6.1** A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via impressa, redigida com clareza em língua portuguesa, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.
- **6.2** Na Proposta de Preços deverão constar:
- 6.3 Razão social da licitante, N° do CNPJ/MF e respectivo endereço
- **6.4** Prazo de eficácia da proposta será pelo período de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- **6.5** Uma única cotação, com preços totais em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;
- **6.6** Prazo de entrega e prestação de serviços é de acordo com a necessidade da contratante, após solicitação do setor de compras, durante o período contratual
- **6.7** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, transporte, instalação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
- **6.8** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- **6.9** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- **6.10** A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária;
- **6.11** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço unitário, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais.

7.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pela Pregoeira e equipe de apoio;
- **7.2** Lido os preços, a Pregoeira relacionará todas as propostas em ordem crescente, em seguida, classificará as de menor preço.



- **7.3** Para julgamento e classificação das propostas na sessão pública, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE.
- **7.4** Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- **7.5** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;
- **7.6** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.4, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos;
- 7.7 A pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;
- **7.8** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;
- **7.09** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste Edital;
- **7.10** Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- **7.11** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços simbólicos, irrisórios, inexequíveis ou cotação de valor zero; e vantagens não previstas ou baseadas em ofertas das demais empresas licitantes.
- **7.12** As propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim consideradas, são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.
- **7.13** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- **7.14** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- **7.15** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;
- **7.16** Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;
- **7.17** Nas situações previstas nos subitens 7.10, 7.11 e 7.14, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;



- **7.18** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pela Pregoeira e os licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar à assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.
- **7.19** A pregoeira poderá desprezar qualquer discrepância de menor importância encontrada em uma proposta de preços, que não constitua desvio, não prejudique o julgamento ou afete a classificação relativa a proposta de qualquer licitante.

8.0 – DA HABILITAÇÃO

- **8.1** Os documentos exigidos nos subitens a seguir poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas pela Pregoeira ou Membro da Equipe de Apoio, a partir do original. Tais documentos deverão serem apresentados para serem autenticados com antecedência de até 02:00 (duas horas), antes do início desta sessão.
- **8.2** Os documentos emitidos via internet, por órgão ou entidades públicas e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações. A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- **8.3** As certidões negativas de regularidade fiscal e trabalhista emitidas pela internet, poderão ser submetidas verificação de sua autenticidade nos sites oficiais.
- **8.4 O ENVELOPE "2"**, contendo a documentação relativa à Habilitação deverá conter obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da licitante, os documentos a seguir indicados:

8.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade dos sócios, em caso de firma individual do proprietário.
- b) **Ato constitutivo**, estatuto, ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Declaração do proponente de que não pesa contra si inidoneidade expedida por órgão da Administração pública de qualquer esfera de Governo

8.3.2 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicilio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, mediante a apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicilio ou sede do proponente;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicilio ou sede do proponente;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal, do domicilio ou sede do proponente;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão (Lei 12.440/11).

8.3.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão, através de Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, que demonstrem ter a sociedade, prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto desta licitação.
- b) O atestado deverá ser impresso em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.
- c) O(s) Atestado(s) e/ou Certidão (ões) apresentada(s) poderá (ão) ser diligenciado(s) de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- d) Declaração do aparelhamento disponível para a execução do objeto conforme modelo ANEXO X.

8.3.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social do proponente, já exigíveis e apresentados na forma da lei, (registrado na Junta Comercial) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Os demonstrativos acima devem ser assinados por profissional em situação regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.
- **8.3.4.1. Serão** considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - a) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

Publicados em Diário Oficial; ou Publicados em jornal de grande circulação; ou Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicilio da licitante.



- b) Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
 - Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicilio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicilio da licitante;
- c) Sociedade criada no exercício em curso:
 Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicilio da licitante:
- d)O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- e) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (**conforme modelo** Anexo IV);
- f) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2°, da Lei 8666/93 (conforme modelo Anexo IV);
- g) Declaração de que não possui em seu quadro de empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93 (conforme modelo- Anexo IV);
- h) Alvará de funcionamento em vigor.
- i) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317 de 05 de dezembro de 1996 Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": Não será exigido para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte o Balanço Patrimonial, conforme rege o Art. 179 da Constituição Federal, desde que fique comprovado o seu enquadramento
- **8.4** Todas as licitantes deverão apresentar dentro do envelope nº 02, os documentos especificados para a participação neste Pregão, deverão ser entregues numerados e de preferência sequencialmente, a fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes:
- **8.4.1** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- **8.4.2** Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com endereço respectivo:
 - a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
 - b) Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **8.4.3** Datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura da sessão pública, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor.
 - a) Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade / responsabilidade técnica.



- **8.4.4** Os documentos previstos neste Edital poderão ser autenticados pela pregoeira e pela equipe de apoio a partir do original, preferencialmente em momento anterior ao Pregão;
- **8.4.5** Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 8.4.6 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- **8.4.7** A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;
- **8.4.8** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por qualquer servidor, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pela Pregoeira.
- **8.4.9** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- **8.4.10** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira considerará o proponente inabilitado.
- **8.4.11** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **8.4.12** Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, a Pregoeira considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.
- **8.4.13** Toda a empresa, que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.0 - DAS MICROEMPRESAS "ME" E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE "EPP"

- **9.1** Na hipótese de participação de microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame, a comprovação de regularidade fiscal destas somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Porém as mesmas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- **9.2** Caso ocorra alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.
- **9.3** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.6666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **9.4**. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.



- **9.5**. Ocorrendo o empate a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- **9.6**. Não ocorrendo à da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos § § 1° e 2° do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.0 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **10.1** Até 02 (dias) úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital;
- 10.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.3 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;
- **10.4** A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurada o contraditório e amplo defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7° da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente;
- **10.5** Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses a (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.666/93.

11.0 - DOS RECURSOS

- **11.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- **11.2** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor;
- 11.3 O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo;
- 11.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 11.5 Decidido os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;
- **11.6** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO.
- 11.7 Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7° da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

12 – DA HOMOLOGAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA



- **12.1.** Não havendo a manifestação de recurso, a pregoeira adjudicará o objeto da licitação ao proponente vencedor, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.
- **12.2.** Ocorrendo à manifestação da interposição de recurso e decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.
- 12.3. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.
- **12.4.** Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta **REFORMULADA** ao preço ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação realizada na audiência pública da presente licitação.

13.0 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO E OUTRAS OBRIGAÇÕES

- **13.1** O faturamento deverá ser emitido para CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, CNPJ/MF 63.079.453/0001-75, situada na Praça Dr. Altino Lemos Santiago, nº 121, Bairro Centro.
- 13.1.2 A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:
- 13.1.2.3 Substituir as suas expensas, no prazo máximo de dois dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, ou que apresente vícios de qualidade, prazos de validades vencidos ou mal conservados;
- 13.2 Será, ainda, de obrigação da contratada:
- **13.2.1** Cumprir e fazer cumprir as normas e instruções editadas pela concedente e pelo Poder Público Municipal pertinente ao objeto desta licitação.
- 13.2.2 Será da Licitante vencedora a inteira e total responsabilidade civil ou penal nos casos de acidentes causados por motivos de ordem técnica e operacional, bem como pelo descumprimento de compromissos assumidos com terceiros.
- **13.2.3** A inadimplência do proponente vencedor com referência aos encargos acima especificados, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.
- **13.2.4** O proponente vencedor, nos termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, se obriga a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato
- **14.0** Será, ainda, de obrigação da contratante:
- **14.1** Obriga –se a CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, nos termos previstos neste edital a:
- **14.1.1** Receber os objetos adjudicados da presente licitação, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e demais condições estipuladas neste edital;
- **14.1.2** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo do objeto, mediante depósito bancário, cheque, recibo ou moeda corrente até o 15°(décimo quinto) dia, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica e das respectivas provas de regularidade fiscal;



- **14.1.3** Os objetos da presente licitação serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:
- a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o descriminado no Termo de Referência;
 - b) Apresentem vícios de qualidade, quantidade ou impropriedade para a devida utilização

15.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **15.1** O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará o contratado às sanções previstas na Lei 10.520/02 e 8.666/93, garantidos o contraditório e a prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- **15.2** A inexecução, parcial ou total, do contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública e multa.
- **15.3-** A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração nos seguintes limites máximos: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo assinalado, contado da data de sua convocação;
- **15.4** A Administração se reserva ao direito de descontar do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas no contrato.
- **15.5** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 15.6 Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
- 15.7 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, por prazo de até 02 (dois) anos; e
- 15.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- 15.9 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o este Poder Público pelo prazo de até cinco anos e, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;
- **15.10** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao órgão;

16.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos da seguinte dotação orçamentária:

UNID.	ATIVIDADE	ELEMENTO	FONTE
ORÇAMENTÁRIA	ATIVIDADE	ELEMENTO	RECURSO



01.01.000 – Câmara Municipal	01.031.001.2001– Gestão das Ações do Poder Legislativo	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo.	Duodécimo

17.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 É facultada a Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;
- 17.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado:
- 17.2.1 A anulação do procedimento induz à do contrato e nota de empenho;
- 17.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 17.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 17.4 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação
- 17.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local definida e novamente publicada na Imprensa Oficial.
- 17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto.
- 17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO;
- 17.8 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;
- **17.9** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, a Pregoeira Oficial, da CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO, situada na Praça Dr. Altino Lemos Santiago, nº 121 Bairro: Centro, das 08:00 as 12:00 horas (dois) dias úteis antes da data de abertura do PREGÃO;



17.10 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

17.11 – Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei nº 10.520/2002, e da Lei nº 8.666/93;

17.12 – São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os anexos, cujo teor vincula totalmente os licitantes:

ANEXO I: Termo de referência;

ANEXO II: Modelo de proposta de preços;

ANEXO III: Modelo De Carta De Credenciamento;

ANEXO IV: Modelo de declaração de fatos superveniente, que não emprega menores de 18 anos

em trabalho noturnos e não possui em quadro de pessoal servidor público exercendo função técnica, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso

III, do art. 9° da lei 8.666/93);

ANEXO V: Modelo de declaração dando ciência de que cumprem os requisitos para a

habilitação;

ANEXO VI: Modelo de atestado de capacidade técnica;

ANEXO VII: Declaração de idoneidade;

ANEXO VIII: Modelo de declaração de conhecimento e enquadramento;

ANEXO IX: Minuta do contrato.

ANEXO X: Declaração de aparelhamento disponível para a execução do objeto

Formosa do Rio Preto, BA, 24 de novembro de 2022

AMÉRICA CERQUEIRA DE OLIVEIRA NETA

Pregoeira Oficial/Portaria nº 02/2022



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE FOTOGRAFIA, PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E DE HOMENAGEM, BRASÃO E LETRAS, para atender as necessidades deste Poder Legislativo de Formosa do Rio Preto – BA

2 - DA JUSTIFICATIVA:

- 2.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência, a confecção fotografia, placas de identificação e de homenagem, brasão e letras para atender as demandas da Câmara Municipal de Formosa Do Rio Preto-Bahia, conforme segue.
- 2.2 A Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto mantém em suas dependências uma galeria de fotos dos seus ex-presidentes e vereadores, a fim de manter sua memória cultural e ao mesmo tempo homenagear os Nobres Edis que conseguiram atingir ao cargo máximo desta Casa Legislativa.
- 2.3 Outro ponto também, é que a contratação visa dar efetividade a uma das iniciativas do Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto, na busca do reconhecimento do resultado da prestação dos serviços pelas autoridades e servidores que se destacam ou prestam relevantes serviços para o alcance das melhorias do Município de Formosa do Rio Preto, no cumprimento da sua missão institucional, e outros casos que forem indicados pela Administração.
- 2.4 Diante do acima exposto, justifica-se a contratação de empresa para efetuar o fornecimento dos produtos necessários para atender as necessidades desta casa Legislativa.
- 2.5 Em atendimento à determinação contida no § 4º do art.1º do Decreto nº 10.024/2019 que admite, excepcionalmente, mediante prévia justificativa, a utilização da forma de pregão presencial, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, **JUSTIFICAMOS** a utilização do pregão presencial, de forma excepcional, neste procedimento licitatório pelos motivos a seguir expostos:
- a) O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos;
- b) A possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços de forma presencial, verificação das condições de habilitação e execução da proposta;



- c) A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02;
- d) A complexidade da licitação, peculiaridades e elevado custo do objeto, relevância da contratação e exigências de segurança da informação, inviabilizam o uso da forma eletrônica;
- e) A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, vista da interação do pregoeiro com os licitantes na busca de redução dos preços;
- 2.6 É de conhecimento também a limitação de considerável número de potenciais e pretensos licitantes que não estão adaptados e aptos para a participação em certames através da forma eletrônica. Ademais, comprovada a inviabilidade técnica pelas empresas participantes, e a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica, justifica, nos termos da Lei nº. 10.520/2002 e do Decreto nº. 10.024/2019 a realização do presente procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial.
- 2.7 O posicionamento adotado pela **modalidade de Pregão presencial,** em meio a outros é que os recursos destinados para pagamentos das despesas da contratação são Próprios do Município destino ao legislativo/ em repasses (O **duodécimo**) mensais realizados para realização das despesas aprovadas em seu respectivo Orçamento

O art 1º decreto nº1024, que estão obrigados: art 1º § 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que alei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse; § 4º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

3 - DOS CUSTOS ESTIMADOS

- **3.1** O preço considerado como estimativa para esse objeto foi determinado com base numa média aritmética simples de pesquisas/propostas comerciais obtidas junto a empresas do ramo, com base em tal procedimento, valor estimado é de R\$ 58.564,00 (cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro reais)
- **3.2** Para desenvolver as atividades o CONTRATADO deverá executar o objeto de acordo com o presente Termo de Referência e com a devida obediência ao Edital de Licitação, ao qual o presente faz parte.

4.0 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Lote nº 01

ITEM	QTD	UND	DESCRIMINAÇÃO DOS PRODUTO
1	114	UND	<u>Letras Caixas em Aço Inox.</u>
			Tam.21,2 X 22,2 (C X A) borda 2 cm. Com fixação através de suporte em PVC.



2	40	UND	Títulos de Homenagem Estojo Camurça.								
			Fabricadas em aço inoxidável 304 (20cm x 15cm) com personalização em película,								
			onforme arte a ser aprovada pelo cliente; instalada em suporte dentro do estojo.								
			Acompanha estojo preto (24,m x 19cm x 4cm) com personalização da Câmara								
			Municipal, em metal na parte frontal do estojo.								
3	4	UND	Identificação das repartições								
			Tendo chapa de fibra de madeira Medindo 40 X 60								
			mt (A X L) com letras em formato caixa em acrílico espelhado 30 mm com borda de 1								
			mm e fechamento com acrílico cristal de 3mm e 4 prolongadores cromados.								
4	1	UND	Brasão do Município em Aço Inox								
			Tam 50 X 50 cm, recortado com os símbolos nas cores pintados à mão com tinta de alta								
			resistência e durabilidade, formato caixa, em aço inox com fechamento com placa de								
			Acrílico 4 mm e prolongadores cromados								

5.0 - DOS PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 O pagamento dos serviços será efetuado após apresentação da fatura até o 10° (décimo) dia útil após a apresentação da fatura correspondente, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal Eletrônica e das respectivas Provas de Regularidade Fiscal no Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto BA, as quais serão encaminhadas para serem devidamente atestada na sua conformidade pelo servidor designado atestando a efetiva execução dos serviços objeto do presente termo de referência.
- 5.2 Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerado, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

6.0 - DO REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

6.1 Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob a modalidade empreitada por preço por lote, nos termos do art. 10, II, "b" da Lei Federal nº 8.666/93, e na forma de fornecimento parcelado de acordo com a necessidade da contratante (art. 55, II da Lei 8.666)

7.0 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 7.1 O contrato tem um prazo de Vigência até 31/12/2022, e sua execução a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado desde que observadas as disposições do Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.
- 7.2 A entrega dos objetos descritos no presente Termo de Referência deverá ser efetivada mediante solicitação formal, por servidor designado pelo Poder Legislativo, mediante a apresentação de Requisição.
- 7.3 Eventuais Alterações do contrato dar-se-á mediante Termo Aditivo, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93, das demais normas jurídicas aplicáveis, na forma do edital e anexos.

8.0 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



- 8.1 Cumprir e fazer cumprir as normas e instruções editadas pelo Poder Público Municipal pertinente ao objeto /deste Termo de Referência e na minuta de contrato.
- 8.2 Será do CONTRATADO a inteira e total responsabilidade civil ou penal nos casos de acidentes causados por motivos de ordem técnica e operacional, bem como pelo descumprimento de compromissos assumidos com terceiros.
- 8.3 Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do Artigo 75 da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

9.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 Dar ciência ao CONTRATADO se quaisquer modificações ocorrerem neste contrato.
- 9.2 Efetuar todos os pagamentos oriundos da execução deste contrato conforme aqui pactuado.
- 9.3 O acompanhamento e fiscalização dos serviços, objeto deste Termo de Referência por prepostos designados pela CONTRATANTE se obrigando a:
- a) Transmitir ao CONTRATADO as determinações que julgar necessárias;
- b) Recusar o serviço prestado em desacordo com este Termo de Referência e da minuta de contrato.

10.0 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 10.1. Demais condições expressas no Edital e na minuta de contrato que faz parte integrante deste termo.
- 10.2. Os interessados em obter maiores informações relativos ao presente termo de Referência poderão fazer através do telefone (77) 3616-2430.

Formosa do Rio Preto - Bahia, 24 de novembro de 2022

América Cerqueira de Oliveira Neta Pregoeira Oficial/Portaria nº 02/2022



(Papel timbrado da empresa)

ANEXO II MODELO: <u>PROPOSTA DE PREÇOS</u>

Para: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2022

IDE	NT	IFI	\mathbb{C}^{A}	AÇÃO	DA	PRO	PON	ENTI
-	~	\sim		-				

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Late no 01

Item	Quant.	Unid.	Descriminação Dos Produto	Valor Unit.	Valor Total
1	114	UND	Letras Caixas em Aço Inox.		
			Tam.21,2 X 22,2 (C X A) borda 2 cm. Com fixação através		
			de suporte em PVC.		
2	40	UND	<u>Títulos de Homenagem Estojo Camurça.</u>		
			Fabricadas em aço inoxidável 304 (20cm x 15cm) com		
			personalização em película, conforme arte a ser aprovada		
			pelo cliente; instalada em suporte dentro do estojo.		
			Acompanha estojo preto (24,m x 19cm x 4cm) com		
			personalização da Câmara Municipal, em metal na parte		
			frontal do estojo.		
3	4	UND	<u>Identificação das repartições</u>		
			Tendo chapa de fibra de madeira Medindo 40 X 60		
			mt (A X L) com letras em formato caixa em acrílico		
			espelhado 30 mm com borda de 1 mm e fechamento com		
			acrílico cristal de 3mm e 4 prolongadores cromados.		
4	1	UND	Brasão do Município em Aço Inox		
			Tam 50 X 50 cm, recortado com os símbolos nas cores		
			pintados à mão com tinta de alta resistência e durabilidade,		
			formato caixa, em aço inox com fechamento com placa de		
			Acrílico 4 mm e prolongadores cromados		
			Valo	or Total	
Valor p	or extenso	(xxxxx	(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		

Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com a validade da proposta de 60 (sessenta) dias, Local e data,

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável



(Papel Timbrado da empresa)

ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Para: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

PREGÃO PRESENC PROCESSO ADMIN	IAL Nº 013/2022 ISTRATIVO Nº 059/2022	
nºna Licitação em refer manifestar, prestar todo	, órgão expedidor rência, podendo rubricar a documen	, portador (a) da cédula de identidade, como nosso representante legal tação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, a, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, do presente Credenciamento.
	Atenciosamen	ite,
	Local e data	,
	(Nome e função na c	empresa)



(Papel timbrado da empresa)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Para: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2022

A	, inscrita ao CNPJ nº	, por intermédio de sei	u representante
	, portador (a) d	_	_
CPF n°	, DECLARA , sob as pena	as da lei, que até a presente data i	nexistem fatos
impeditivos para si	ua habilitação no presente processo	licitatório, ciente da obrigatoriedad	le de declarar
ocorrências posterio	res, e, para fins do disposto no inciso V	do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de	junho de 1993,
acrescido pela Lei n	° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que	não emprega menor de dezoito an	os em trabalho
noturno, perigoso o	u insalubre e não emprega menor de de	ezesseis anos, ressalva: emprega mer	nor, a partir de
quatorze anos, na c	condição de aprendiz e que não possu	i em seu quadro de pessoal servid	lores públicos
exercendo funções	técnicas, comerciais, de gerência, adr	ninistração ou tomada de decisão	(inciso III, do
art. 9º da Lei 8.666/	/93).		
	Local e da	ta,	
	(A : 4 : 1 4:6: ~ 1		
	(Assinatura e identificação do re	sponsavei peia empresa)	



(Papel timbrado da empresa)

ANEXO V

(Modelo de Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação)

Para: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2022

Declaramos em atendimento ao previsto no item 5.1 do edital de Pregão Presencial N° 013/2022, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

	Local e data
Assinatur	ra e carimbo (Representante legal)



ANEXO VI

MODELO: <u>ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA</u>

(Timbre / logomarca da empresa emitente - CNPJ)

Para: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2022

atesta para os devidos fins que a Empresa	, com sede na
, forneceu/fornece os produtos abaixo relacionados, sendo cumpride	ora dos prazos e termos
firmados na contratação, não havendo contra a mesma nenhum registro que a desabone.	- -
Relação dos produtos fornecidos:	
Local e Data	
(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente assinatura)	deste atestado e sua



(Papel timbrado da empresa)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Para: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2022

DECLARAMOS	para	os	fins	de	dir	eito,	na	qualida	ade	de	propo	nente	que	a	empresa
								-					_		
estabelecida	a							Bai	rro						
Município:			,	que	NÃC) fom	os de	clarados	s inid	ôneo	s para	licitar	ou o	contra	ıtar com (
Poder Público em o	qualque	r de s	uas es	feras											
Por ser expressão o	da verda	de, fi	rmamo	os o p	reser	nte									
•				•											
						Loca	al e Da	ata,							
			_												
				Carin	nbo e	Assir	natura	do Prop	onen	te					



(Papel timbrado da empresa)

ANEXO VIII PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 059/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ENQUADRAMENTO

PARA: CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DO ENVELOPE DE HABILTAÇÃO

Local e Data,

RAZÃO SOCIAL/ CNPJ NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA



ANEXO IX	
(MINUTA DO CO	NTRATO)
CONTRATO Nº _	/ 2022

		O QUE ENTE	
FAZEM A	CÂMARA	MUNICÍPAL	DE
FORMOSA	DO RIO P	RETO/BAHIA	$\mathbf{E} \mathbf{A}$
EMPRESA			

A CÂMARA MUNICÍPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO - ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de
direito público interno, de base territorial autônoma, inscrita no CNPJ/MF nº 63.079.453/0001-75, com sede à
Praça Municipal Dr. Altino Lemos Santiago, nº 121, Centro, na cidade de Formosa do Rio Preto - Bahia,
representada neste ato pelo Vereador Presidente, o senhor Sr. Hermínio Cordeiro dos Reis, brasileiro, casado,
vereador, portador da cédula de identidade nº 04.950.711-70 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 476.100.855-53,
doravante designado CONTRATANTE, e a Empresa CNPJ/MF nº, Inscrição
Estadual/Municipal nº, situado à, neste ato representada pelo Sr (a).
, portador(es) do(s) documento(s) de identidade nº, emitido(s) por,
doravante denominada apenas CONTRATADA, celebram o presente termo de ajuste considerando o resultado
do PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2022, constante do Processo Administrativo n.º 059/2022, sujeitando-se as
partes às normas disciplinares da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações e de conformidade com as cláusulas
e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 2.1 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FOTOGRAFIA, PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E DE HOMENAGEM, BRASÃO E LETRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO BAHIA.
 - 1.1 CLÁUSULA SEGUNIDA DO PRAZO
 - 1.1.1 O prazo do presente contrato tem vigências a partir de sua assinatura, e finda em 31/12/2022, podendo ser alterados nos termos do arts. 65 e 57 da Lei nº 8.666.93.

CLÁUSULA TERCEIRA- PREÇO E CONDIÇOES DE PAGAMENTO

3.1. O valor do presente contrato corresponde ao montante de R\$ _______, conforme discriminados abaixo:

Lote nº 01

Item	Quant.	Unid.	Descriminação Dos Produto	Valor Unit.	Valor Total
1	114	UND	Letras Caixas em Aço Inox.		
			Tam.21,2 X 22,2 (C X A) borda 2 cm. Com fixação		
			através de suporte em PVC.		
2	40	UND	Títulos de Homenagem Estojo Camurça.		
			Fabricadas em aço inoxidável 304 (20cm x 15cm) com		



			personalização em película, conforme arte a ser aprovada pelo cliente; instalada em suporte dentro do estojo. Acompanha estojo preto (24,m x 19cm x 4cm) com personalização da Câmara Municipal, em metal na parte frontal do estojo.		
3	4	UND	Identificação das repartições Tendo chapa de fibra de madeira Medindo 40 X 60 mt (A X L) com letras em formato caixa em acrílico espelhado 30 mm com borda de 1 mm e fechamento com acrílico cristal de 3mm e 4 prolongadores cromados.		
4	1	UND	Brasão do Município em Aço Inox Tam 50 X 50 cm, recortado com os símbolos nas cores pintados à mão com tinta de alta resistência e durabilidade, formato caixa, em aço inox com fechamento com placa de Acrílico 4 mm e prolongadores cromados		
			V	'alor Total	

- **3.2** Nos valores propostos pelo contratado já estão inclusos todos os impostos, taxas, tributos diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes ao fornecimento.
- **3.3** O pagamento somente será efetuado após:
 - a) A emissão da Nota Fiscal;
 - b) Atestado emitido pelo servidor, de gestão, fiscalização e avaliação de execução do objeto dos contratos administrativos deste Legislativo, em conformidade com o artigo 67 da Lei n°8.666/93.
 - c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
 - d) Prova de situação regular perante a Secretaria da Fazenda do Estado;
 - e) Prova de situação regular perante a Fazenda Municipal;
 - f) Prova de situação regular perante a Justica do Trabalho:
 - g) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS.
 - h) Boletim de medição de serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Deverá ser cumprida fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no presente contrato, e, principalmente, observando a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, respondendo a parte inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2 Obrigações da Contratante:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidos;
- b) Prestar esclarecimentos solicitados pela empresa, pertinentes ao objeto do presente instrumento;
- c) Acompanhar, fiscalizar e supervisionar o fornecimento do material por meio da verificação da quantidade e qualidade deste, atentando para o pleno atendimento das especificações técnicas solicitadas;
- d) Designar servidores para proceder ao recebimento do objeto;
- e) Rejeitar todo e qualquer material que estiver fora das especificações, solicitando imediata e expressamente sua substituição, que deverá ser realizada em até 03 (dias) dias corridos, contados a partir da notificação;



- f) Efetuar o pagamento da forma e no prazo estabelecido no Contrato;
- g) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;

4.3 **Obrigações da contratada:**

- a) Executar fielmente o fornecimento e serviços, entregando os produtos nas quantidades, especificações técnicas e prazos estabelecidos.
- b) Comunicar ao contratante qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.
- c) Acatar todas as exigências legais da contratante, sujeitando-se a sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados.
- d) A empresa deverá comprovar a qualidade dos produtos de acordo com as especificações técnicas.
- e) A empresa sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- f) Não transferir a outrem, total ou parcialmente, as obrigações assumidas neste contrato.
- g) A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1 Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este contrato são provenientes da Lei Orçamentária Municipal nº 288/2021, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022, consignados nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Unid. Orçamentá	ia Atividade	Elemento	Fonte de recurso
01.01. – Câmara Muni	O1.01.031.001.2001— Gestão das Ações do Poder Legislativo	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo.	Duodécimo

CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

6.1 Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob a modalidade empreitada por preço por lote, nos termos do art. 10, II, "b" da Lei Federal nº 8.666/93, e na forma de fornecimento de acordo com a necessidade da contratante (art. 55, II da Lei 8.666).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato, será exercida pela servidora, Senhora MELISSA CAMILO DIAS, conforme Portaria n.º 04/2022, nos termos o artigo 67 da Lei nº8.666/93, permitida se necessário, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição;
- 7.2. O fiscal do Contrato deverá acompanhar e intervir, sempre que exigido, para o cumprimento fiel das cláusulas contratuais, não podendo se eximir de tomar providências que garantam o cumprimento contratual, sob pena de apuração de responsabilidades;
- 7.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao presidente da câmara, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;
- 7.4. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário



Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto-BA CLÁUSULA OITAVA- DAS PENALIDADES

- 8.1 Durante a execução do CONTRATO, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
 - a) Advertência;
 - b) Multas: de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO;
 - c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

- 9.1 A rescisão do presente contrato poderá ser, determinada por ato motivado da Administração, após processo regular, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, I, XII e XVII e parágrafo único da Lei 8.666/93.
- 9.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 9.3 Judicial, nos termos da legislação.
- 9.4 No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Formosa do Rio Preto-BA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 10.2 E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

	CPF n°		PF nº		
Testemunhas:					
	XXX				
	Hermínio Cordei Presidente da	iro dos Reis			
		Formosa do Rio Preto -	- BA,	_de	_ de 2022



Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto-BA Papel timbrado)

ANEXO X:

Declaração de aparelhamento disponível para a execução do objeto

A empresa	, inscrita no CNPJ sob n°, com endereço:, tendo	como
representante o Sr	, inscrito no CPF. sob o nº, Carteira de Identidade nº, DECLARA	, para
fins do Processo Adm	inistrativo nº 047/2022, Pregão Presencial nº 012/2022 que, conforme estabel	lece o
parágrafo 6° do artigo , contendo:	o 30, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, dispõe de uma sede Si	ituada
MÁQUINAS E EQU	IPAMENTOS:	
EQUIPE TÉCNICA e função)	ESPECIALIZADA, para a execução do objeto do presente processo: (Quant	tidade
Por ser expressão de v	erdade, firmamos a presente	
	Data e local	
	Representante legal	